

Memorando 1.570/2025

De: Maica F. - PRE-COO-MTSF

Para: PRE-COO-MTSF - Gabinete da Vereadora Maica Tainara Soares Ferreira

Data: 14/07/2025 às 10:51:34

Setores envolvidos:

PRE-COO-MTSF

Projeto de Lei

—
Maica Tainara Soares Ferreira

Anexos:

projeto_de_lei_cotas.pdf



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE
DOSULGABINETE DA VEREADORA MAICA

MENSAGEM LEGISLATIVA – PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Prezados Vereadores

A vereadora signatária, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno desta Casa, vem, respeitosamente, apresentar o seguinte projeto de lei, projeto este que altera a Lei Municipal nº 3.997, de 11 de março de 2014, que dispõe sobre o sistema de cotas raciais para ingresso no serviço público municipal de Canguçu/RS, ampliando o percentual mínimo de reserva, incluindo reserva específica para quilombolas, pessoas negras e indígenas, instituindo banca de heteroidentificação e garantindo isenção de taxa para candidatos quilombolas.

A Lei 15.142/25 vai trazer que é reservado às pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

O artigo 3º - § 5º da referida lei estabelece que nos concursos públicos e nos processos seletivos simplificados de órgãos e entidades da administração pública federal que atuem com políticas públicas destinadas a indígenas e quilombolas, os editais poderão dispor de percentuais distintos daqueles previstos.

A lei de cotas em concursos públicos visa promover a igualdade de oportunidades e a diversidade nos quadros da administração pública, corrigindo desigualdades históricas e garantindo que pessoas de diferentes grupos sociais tenham acesso a cargos públicos. A reserva de vagas para grupos historicamente excluídos, como negros, pardos, indígenas e quilombolas, busca ampliar a participação desses grupos e promover uma representação mais justa na administração pública.

Ante o exposto o censo do IBGE de 2022, revelou que Canguçu, possui 1.179 habitantes quilombolas, sendo a terceira maior população quilombola do estado em números absolutos. Também possui 16 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, o que torna o município com mais comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul. São 721 famílias quilombolas no município, entre crianças, jovens, adultos e idosos.

A ampliação do percentual de vagas destinadas às cotas raciais, que anteriormente a lei municipal dispunha apenas do limite mínimo de 10% (dez por cento) das vagas e/ou cargos públicos para negros, negras ou afrodescendentes, para o limite mínimo de 10% para quilombolas, 7% para negros e 3% para indígenas, é um avanço para o município.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE
DOSULGABINETE DA VEREADORA MAICA

Esta ampliação se faz necessária porque apenas a existência de pretos e pardos como beneficiários da lei de cotas não é suficiente para abarcar essa parcela da população. Os quilombolas não eram mencionados nas cotas, eles estavam no meio, entre os pretos e pardos. Agora, eles são mencionados como uma das categorias. Os quilombolas atingem uma proporcionalidade, reconhecendo a existência dos quilombolas como sujeitos dessa política.

Mas, ao mesmo tempo, que é uma forma de reconhecimento desses grupos, como sujeitos de direito, é um reconhecimento da identidade e da luta dessas comunidades por seus direitos, fortalecendo sua autonomia e reconhecimento social.

Estamos dispendo de um percentual diferente do que dispõe a lei, para que corresponda a realidade do município, onde temos uma grande presença de quilombolas, que historicamente tiveram acesso a oportunidades limitadas, promovendo sua participação na sociedade e em espaços de tomada de decisão.

Antes o exposto, considerando que a presente proposição se mostra compatível com os princípios legais, constitucionais e regimentais vigentes

Canguçu, 14 de julho 2025.

MAICA TAINARA

Vereadora da Bancada Partido dos Trabalhadores



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL GABINETE DA VEREADORA MAICA

PROJETO DE LEI

Altera a Lei Municipal nº 3.997, de 11 de março de 2014, que dispõe sobre o sistema de cotas raciais para ingresso no serviço público municipal de Canguçu/RS, ampliando o percentual mínimo de reserva, incluindo reserva específica para quilombolas, pessoas negras e indígenas, instituindo banca de heteroidentificação e garantindo isenção de taxa para candidatos quilombolas.

ARION LUIZ BORGES BRAGA, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reservadas às pessoas Quilombolas, negras, e indígenas o percentual mínimo de 20% (vinte) das vagas oferecidas nos concursos públicos e processos seletivos promovidos pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Canguçu/RS.

§ 1º Do total de vagas reservadas conforme o caput, 10% (Dez por cento) serão destinadas exclusivamente a candidatos pertencentes a comunidades quilombolas, mediante autodeclaração de pertencimento validada por três lideranças reconhecidas da respectiva comunidade, 7% (sete por cento) serão destinadas exclusivamente a pessoas negras, pretas e pardas conforme os critérios do IBGE, mediante autodeclaração, validada por banca de heteroidentificação e 3% (Três por cento) para indígenas.

§ 2º A autodeclaração para pessoas negras (pretas e pardas) é condição necessária, mas não suficiente para o usufruto da reserva de vagas prevista nesta Lei, sendo obrigatória a verificação complementar por banca de heteroidentificação constituída por membros capacitados, conforme regulamento.

Art. 2º O percentual de cotas previsto nesta Lei aplica-se também aos processos seletivos para contratações por tempo determinado e aos programas de estágio e residência realizados pela Administração Pública Municipal.

Art. 3º Acrescenta-se o art. 2º-A e 2º B à Lei nº 3.997/2014, com a seguinte redação:



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE
DOSULGABINETE DA VEREADORA MAICA

Art. 2º-A, Fica garantida a isenção da taxa de inscrição para os candidatos pertencentes à comunidades quilombolas que concorrerem às vagas reservadas nesta Lei.

Art 2º B, Fica garantida a isenção da taxa de inscrição para pessoas negras que concorrerem às vagas reservadas nesta Lei, desde que comprovada a condição de hipossuficiência econômica, nos termos do regulamento.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 30 (Trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANGUÇU
Julho de 2025 Canguçu/RS

ARION LUIZ BORGES BRAGA
Prefeito Municipal

Iniciativa: Poder Legislativo
Autoria: MAICA TAINARA SOARES FERREIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL GABINETE DA VEREADORA MAICA





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5B83-2876-0377-AE6D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAICA TAINARA SOARES FERREIRA (CPF 006.XXX.XXX-61) em 14/07/2025 10:51:59 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/5B83-2876-0377-AE6D>